

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

31 de dezembro de 2020 e 2019

com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração



Índice

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO -----	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO-----	4
BALANÇO PATRIMONIAL-----	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO-----	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 13)-----	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -----	8
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -----	9
NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL -----	9
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -----	9
NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS -----	9
NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -----	12
NOTA 05 - CONTAS A RECEBER-----	12
NOTA 06 – ESTOQUE -----	13
NOTA 07 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)-----	13
NOTA 08 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)-----	13
NOTA 09 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE) -----	14
NOTA 10 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE) -----	14
NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO-----	15
NOTA 12 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS -----	15
NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO -----	15
NOTA 14 - PROVISÃO PASSIVOS -----	15
NOTA 15 - RECEITAS -----	15
NOTA 16 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS-----	16
NOTA 17 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -----	16
NOTA 18 - COBERTURA DE SEGUROS-----	16
NOTA 19 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA-----	16
NOTA 20 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS -----	16
NOTA 21 - ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -----	17
NOTA 22 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)-----	17
NOTA 23 – RECEITAS EDUCACIONAIS-----	18
NOTA 24 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO -----	18
NOTA 25 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS-----	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -----	20
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO-----	23

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2020 e 2019



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

CNPJ 87.115.838/0001-09

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.


Charles Antonio Britis
Presidente


Leonardo Preuss Garcia
Diretor


Márcio Luz da Silva
Administrador


Kelson de Oliveira Mendes
Contador
CRC/RS 091087/O-1



BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL	NE	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		193.151.282	171.125.692
ATIVO CIRCULANTE	03.1	37.697.759	26.679.100
Caixa e Equivalentes de Caixa	03.3 e 04	16.247.768	7.483.690
Contas a Receber	03.4 e 05	19.968.179	17.410.527
Estoques	03.6 e 06	464.386	229.480
Despesas Antecipadas	03.7	1.017.427	1.555.404
ATIVO NÃO CIRCULANTE	03.1	155.453.522	144.446.592
Realizável a Longo Prazo	07	226.332	
Imobilizado	03.8 e 08	155.220.719	144.436.682
Intangível	08	6.472	9.910
PASSIVO		193.151.282	171.125.692
PASSIVO CIRCULANTE	03.1	18.544.027	17.152.741
Contas a Pagar	03.9 e 09	7.823.597	10.051.418
Provisões	03.10 e 14	8.353.684	3.531.482
Fundos em Confiança		152.712	47.503
Adiantamentos de Clientes		2.214.034	3.522.339
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	03.1	9.020.712	8.688.943
Exigível a Longo Prazo	10	9.020.712	8.688.943
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	165.586.543	145.284.008
Patrimônio Social		145.284.008	126.657.598
Superávit / Déficit do Exercício		20.302.534	18.626.411
Cisão Patrimonial		0	0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NE	31/12/2020			31/12/2019		
		Principal	Sustentável	Total	Principal	Sustentável	Total
RECEITAS OPERACIONAIS	03.12 e 15	129.546.865	3.497.865	133.044.730	118.647.595	3.899.304	122.546.899
RECEITA DE SERVIÇOS, VENDAS E CONTRIBUIÇÕES	15 e 23	120.574.005		120.574.005	107.469.593		107.469.593
Receita Líquida de Educação Básica	23	120.574.005		120.574.005	107.469.593		107.469.593
Receita Bruta Serviços Educacionais	15a e 23	172.744.038		172.744.038	154.533.002		154.533.002
(-) Descontos Educação Básica	15c e 23	-20.914.848		-20.914.848	-16.983.231		-16.983.231
(-) Bolsas Educação Básica – 100%	15b e 23	-21.037.646		-21.037.646	-20.068.516		-20.068.516
(-) Bolsas Educação Básica – 50%	15b e 23	-10.217.539		-10.217.539	-10.011.663		-10.011.663
RECEITA DE DOAÇÕES, SUBVENÇÕES E OUTRAS		8.972.860	3.497.865	12.470.725	11.178.002	3.899.304	15.077.306
Doações Diversas		3.065.784	597	3.066.381	2.945.574	261	2.945.835
Subvenções Não Governamentais		2.630.758	548.203	3.178.960	1.289.612		1.289.612
Outras Receitas Operacionais		3.276.318	2.949.065	6.225.384	6.942.817	3.899.042	10.841.859
Resultado Operacional Bruto		129.546.865	3.497.865	133.044.730	118.647.595	3.899.304	122.546.899
DESPESAS OPERACIONAIS		-109.176.923	-3.276.370	-112.453.293	-101.574.614	-4.130.013	-105.704.627
Despesas com Pessoal		-58.089.593	-954.673	-59.044.266	-57.884.323	-1.085.102	-58.969.426
Encargos Sociais e Previdenciários		-5.317.558	-106.238	-5.423.795	-5.417.315	-101.704	-5.519.019
Administrativas e Gerais		-33.509.501	-1.495.304	-35.004.805	-23.197.702	-2.321.829	-25.519.531
Depreciações e Amortizações		-7.319.174	-555.170	-7.874.344	-6.928.200	-467.750	-7.395.949
Encargos Tributários		-259.050	-17.235	-276.284	-182.676	-15.033	-197.709
Assistência e Orientação Social		-4.249.584	-147.750	-4.397.334	-7.514.967	-138.595	-7.653.563
Convênios Instituições Congêneres		-432.465		-432.465	-449.430		-449.430
Resultado Operacional Líquido		20.369.941	221.495	20.591.437	17.072.981	-230.710	16.842.272
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		-1.475.826	-417	-1.476.243	1.077.030	31	1.077.061
Receitas Financeiras		1.426.497		1.426.497	2.076.107	31	2.076.138
Despesas Financeiras		-2.902.323	-417	-2.902.739	-999.077		-999.077
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	16	1.187.381	-40	1.187.341	706.818	260	707.078
Outras Receitas		3.097.277	0	3.097.277	899.081	260	899.341
Outras Despesas		-1.909.896	-40	-1.909.936	-192.264	0	-192.264
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	17	20.081.496	221.039	20.302.534	18.856.829	-230.419	18.626.411

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 13)

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	31/12/2020	31/12/2019
Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.433.993	19.950.596
Resultado do Exercício Ajustado	34.315.992	28.984.722
Superávit do Exercício	20.302.534	18.626.411
Depreciação do Imobilizado	7.870.851	7.352.322
Amortização do Intangível	3.438	7.931
Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	6.139.169	2.998.058
(Aumento) Redução Ativos Circulantes e Realizável LP	-8.620.082	-10.857.978
Contas a Receber	-8.696.820	-10.733.943
Estoques	-234.907	-29.482
Despesas Antecipadas	537.977	-94.554
Realizável a Longo Prazo	-226.332	
Aumento (Redução) Passivos Circulantes e Exigível LP	1.738.084	1.823.852
Contas a Pagar	-2.212.793	2.838.512
Provisões	4.822.202	-3.911.624
Fundos em Confiança	105.210	30.267
Receitas Antecipadas	-1.308.305	-1.670.848
Exigível a Longo Prazo	331.769	4.537.545
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.654.887	-32.150.916
(Acréscimo) Redução nos Investimentos	-18.654.887	-32.150.916
Imobilizado	-18.654.887	-32.141.742
Intangível		-9.174
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.029	-19.116
Acréscimo (Redução) de Financiamentos	-15.029	-19.116
Captação de Empréstimos	-15.029	-19.116
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	8.764.078	-12.219.436
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.483.690	19.703.126
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.247.768	7.483.690

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Outras Reservas	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 dezembro de 2018	114.937.240	11.720.358		126.657.598
Superávit/Déficit do Período			18.626.411	18.626.411
Recursos de Outras Reservas	9.535.358	-9.535.358		0
Recursos de Superávit	18.626.411		-18.626.411	0
Saldo em 31 dezembro de 2019	143.099.008	2.185.000		145.284.008
Superávit/Déficit do Período			20.302.534	20.302.534
Recursos de Outras Reservas	-2.680.584	2.680.584		0
Recursos de Superávit	20.302.534		-20.302.534	0
Saldo Final em 31 dezembro de 2020	160.720.958	4.865.584		165.586.543

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIO-GRANDENSE DE EDUCAÇÃO, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização Adventista, tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da educação em todos os seus níveis, com atuação no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades dos estabelecimentos educacionais relacionados nos dados da Instituição nestas demonstrações. Com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 13 da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 64.438 de 30/04/1969 e título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 14.263 de 25/10/1962. A entidade possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado e reconhecido no Ministério da Educação, tendo sua validade até o dia 01 de janeiro de 2011 conforme o processo número 71010.001944/2009-70, sendo sua renovação processada sob número 23.000.012098/2016-19, o qual encontra-se em fase de análise no Ministério da Educação.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 R1 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 R1 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes;

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação;

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços.

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas a seguir e



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.11 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.12 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.



03.13 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.14 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores reconhecidos como Caixa e Equivalentes de Caixa são representados por disponibilidades em moeda corrente, aplicações financeiras de alta liquidez e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	14.810	15.101
Banco Conta Movimento	3.279.047	1.464.114
Banco Conta Aplicações	12.953.910	6.004.474
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.247.768	7.483.690

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	922	11.422
Serviços Educacionais a Receber	30.004.327	19.202.566
Adiantamentos a Pessoal	764.368	2.782.824
Entidades Congêneras a Receber	4.696.937	5.317.267
Impostos a Recuperar	103.349	984
Outros Créditos	2.225.563	1.783.583
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-17.827.288	-11.688.119
Total a Receber Líquido	19.968.179	17.410.527



NOTA 06 – ESTOQUE

O Estoque é utilizado para o consumo das atividades da entidade.

Estoques	31/12/2020	31/12/2019
Materiais de Consumo	464.386	229.480
Total de Estoques	464.386	229.480

NOTA 07 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

Conjunto de bens e direitos com previsão para realização após o término do exercício seguinte.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais a Receber	132.147	0
Outros Créditos a Longo Prazo	94.185	0
Total Realizável a Longo Prazo	226.332	0

NOTA 08 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

- a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Descrição	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de Janeiro 2019	23.266.518	71.744.193	2.071.201	6.149.547	3.257.581	2.164.247	28.640	10.965.335	119.647.262
Aquisições e Baixas	3.890.995	10.830.448	4.840	2.043.773	564.640	1.469.524	45.239	13.292.284	32.141.742
Depreciações		-4.324.199	-133.995	-1.033.167	-558.396	-1.283.098	-13.883	-5.584	-7.352.322
Saldos 31 de dezembro 2019	27.157.513	78.250.442	1.942.045	7.160.153	3.263.826	2.350.673	59.996	24.252.034	144.436.682
Custo do Imobilizado	27.157.513	113.135.991	2.711.981	12.648.348	7.177.450	8.953.231	333.328	24.333.692	196.451.534
Depreciação Acumulada		-34.885.549	-769.936	-5.488.194	-3.913.624	-6.602.558	-273.332	-81.658	-52.014.852
Valor Residual	27.157.513	78.250.442	1.942.045	7.160.153	3.263.826	2.350.673	59.996	24.252.034	144.436.682

Descrição	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de Janeiro 2020	27.157.513	78.250.442	1.942.045	7.160.153	3.263.826	2.350.673	59.996	24.252.034	144.436.682
Aquisições e Baixas	2.644.534	12.305.665	78.000	1.787.312	1.076.739	992.115	35.500	-264.977	18.654.887
Depreciações		-4.696.225	-136.636	-1.200.404	-624.346	-1.180.282	-25.487	-7.471	-7.870.851
Saldos 31 de dezembro 2020	-9.779.727	85.859.882	1.883.409	7.747.061	3.716.219	2.162.505	70.009	23.979.586	155.220.719
Custo do Imobilizado	29.802.047	125.441.656	2.789.981	14.435.659	8.254.189	9.945.346	368.828	24.068.715	215.106.421
Depreciação Acumulada		-39.581.774	-906.572	-6.688.599	-4.537.970	-7.782.841	-298.819	-89.129	-59.885.703
Valor Residual	29.802.047	85.859.882	1.883.409	7.747.061	3.716.219	2.162.505	70.009	23.979.586	155.220.719

- b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.



Descrição	Softwares	Total
Saldos 1º de Janeiro 2019	8.667	8.667
Aquisições	9.174	9.174
Amortizações	-7.931	-7.931
Saldos 31 de dezembro 2019	9.910	9.910
Custo do Intangível	83.787	83.787
Amortização Acumulada	-73.877	-73.877
Valor Residual	9.910	9.910

Descrição	Softwares	Total
Saldos 1º de Janeiro 2020	9.910	9.910
Amortizações	-3.438	-3.438
Saldos 31 de dezembro 2020	6.472	6.472
Custo do Intangível	83.787	83.787
Amortização Acumulada	-77.316	-77.316
Valor Residual	6.472	6.472

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de Materiais e Serviços	1.822.419	2.049.100
Obrigações Tributárias	14.828	20.731
Obrigações Trabalhistas	2.072.545	1.646.317
Obrigações com Empregados	2.841.371	2.646.762
Entidades Congêneres a Pagar	657.771	2.872.762
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	0	15.029
Outras Contas a Pagar	414.662	800.717
Total a Pagar Líquido	7.823.597	10.051.418

NOTA 10 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Os itens que compõe o saldo do exigível a longo prazo estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Exigível a Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações Tributárias a Longo Prazo	8.933.712	8.022.031
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0
Outras Obrigações a Longo Prazo	87.000	666.912
Total Exigível a Longo Prazo	9.020.712	8.688.943



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 12 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2020, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2020. Para o exercício de 2021 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 14 - PROVISÃO PASSIVOS

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2020:

Provisões	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Trabalhistas	1.971.479	2.383.254
Provisões Judiciais e Cíveis	2.223.800	148.228
Provisões para Contingências	4.158.404	1.000.000
Total de Provisões	8.353.684	3.531.482

NOTA 15 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);
- Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.



NOTA 16 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Patrimoniais	0	32.108
Contas Reavidas	37.319	95.839
Depósitos Bancários Não Identificados	179.138	190.526
Reversões de Provisões	2.832.904	480.038
Outras Receitas Não Recorrentes	47.916	100.830
Total de Outras Receitas	3.097.277	899.341

Outras Despesas	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Patrimoniais	100	1.299
Contas Incobráveis	1.753.901	73.175
Despesas de Exercícios Anteriores	96.011	49.303
Outras Despesas Não Recorrentes	59.924	68.487
Total de Outras Despesas	1.909.936	192.264

NOTA 17 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit dos exercícios de 2020 e 2019 foram incorporados ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 18 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 19 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a entidade goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 20 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2020 e 2019.



NOTA 21 - ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício de 2020 tiveram alguns ajustes no formato de sua apresentação visando adequação com o plano de contas referencial da Receita Federal e com a ECD-Escrituração Contábil Digital.

NOTA 22 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

a) Contribuição Previdenciário para o INSS

Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas:

Contribuições Sociais Usufruídas (Isentas)	Principal	Sustentável	Total
Folha de Salários - 20%	10.008.711	155.282	10.163.993
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	75.894	395	76.289
Terceiros (4,5% - Educação) **	2.253.242	34.978	2.288.220
RAT/SAT(1%, 2% ou 3%) *	592.404	15.546	607.950
Total	12.930.250	206.202	13.136.452

Nota: * O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: ** Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.

b) PIS/PASEP e COFINS

Em relação a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97 que trata o Art. 13 Medida Provisória 2.158-35/2001, a Instituição possui isenção com base no Processo número 2005.70.00.011625-7 que transitou em julgado em 01 de julho de 2014, e goza do benefício por não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98

c) Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência por ausência de base de cálculo. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro. A Contribuição Social é isenta conforme o Decreto 76.186/75, 75 e os artigos 178 e 184 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, aprovado pelo Decreto 9.580 de 2018.



NOTA 23 – RECEITAS EDUCACIONAIS

Os itens que compõe o saldo das Receitas Educacionais estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Receitas Educacionais	31/12/2020	31/12/2019
Receita Líquida de Educação Básica	120.574.005	107.469.593
Receita Bruta Serviços Educacionais	172.744.038	154.533.002
Serviços Educação Básica - Pagantes	134.966.959	119.265.716
Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo	6.521.893	5.187.108
Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	21.037.646	20.068.516
Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	10.217.539	10.011.663
(-) Deduções Receita Serviços Educacionais	-52.170.033	-47.063.409
Descontos Incondicionais Educação Básica	-14.182.873	-11.639.383
Bolsas Educação Básica – Dissídio Coletivo	-6.521.893	-5.187.108
Bolsas Educação Básica – 100%	-21.037.646	-20.068.516
Bolsas Educação Básica – 50%	-10.217.539	-10.011.663
Cancelamento de Serviços Recebidos	-74.600	-107.652
Outros Descontos	-135.482	-49.087
Total Receitas Educacionais	120.574.005	107.469.593

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 40 da Lei nº 12.101/09, alterada pela lei nº 12.868/2013 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

NOTA 25 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS

Em atendimento ao Art. 13 da Lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013 (Educação Básica) a instituição deverá conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;
- Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;
- Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.



Educação Básica - Proporção 1/9	2020	2019
Alunos Pagantes [Matriculados (-) Bolsa Funcional]	15.907	15.742
Alunos Matriculados	16.488	16.213
Alunos com Bolsa Funcional (100%)	-581	-471
Saldo Excedente (Proporção 1/9) [Necessários (-) Bolsa Integral]	363	491
Alunos com Bolsa Integral (Lei 12.101/2009)	1.954	2.016
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Proporção 1/9) [Pagantes / 10]	-1.591	-1.525

Educação Básica - Proporção 1/5	2020	2019
Saldo Excedente (Proporção 1/5) [Bolsa Integral (-) Necessários 1/ 5]	-697	-729
Alunos Necessários (Proporção 1/5) [Pagantes / 6]	-2.651	-2.745
Alunos com Bolsa Integral	1.954	2.016
Alunos com Bolsa Parcial 50% - (Lei 12.101/2009)	1.939	2.041
Saldo Excedente (Proporção 1/5) [(Bolsa Parcial / 2)+Excedente Bolsas Integrais]	272	291
Saldo Excedente (Proporção 1/5) [Bolsa Integral (-) Necessários 1/ 5]	-697	-729
Alunos com Bolsa Parcial 50% /2	969	1.020

(*) Quantidades no Final do Ano Letivo 2020 e 2019

(**) Os alunos bolsistas se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009 alterada pela Lei 12.868/2013

(***) Não foram excluídos os inadimplentes das quantidades.

I - A instituição concedeu 363 (trezentos e sessenta e três) Bolsas Integrais em 2020 e 491 (quatrocentos e noventa e um) Bolsas Integrais em 2019 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.

II – A instituição concedeu 272 (duzentos e setenta e dois) Bolsas Parciais de 50% em 2020 e 291 (duzentos e noventa e um) Bolsas Parciais de 50% em 2019 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de uma Bolsa Integral para cada 5(cinco) alunos pagantes.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2020.

Kelson de Oliveira Mendes
 Kelson de Oliveira Mendes
Contador
 CRC/RS 091087/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria da

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO

Porto Alegre – RS

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

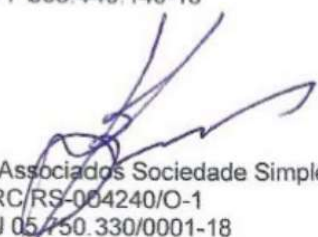
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 23 de abril de 2020, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 29 de março de 2021



Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC/RS-015233/O-8 - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15



TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC/RS-004240/O-1
CNPJ 05.750.330/0001-18



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Porto Alegre, 29 de março de 2021.


Charles Antonio Britis
Presidente


Leonardo Preuss Garcia
Diretor


Márcio Luz da Silva
Administrador